

Visão da semana:

Impedir que venha a recessão econômica

O presidente da República terá amanhã uma entrevista muito importante com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luiz Eulálio Vidigal Filho. Desta entrevista poderá sair não uma reformulação da política econômica, que o próprio presidente da Fiesp considera adequada, mas algumas medidas para corrigir pontos que podem fazer passar nossa economia de um quadro recessivo a uma recessão.

Luiz Eulálio Vidigal Filho não quer desencadear uma guerra contra o setor financeiro, que reconhece não ser o responsável pela atual taxa de juros. Ao contrário, irá propor que num nível elevado se realize uma reunião entre representantes da indústria, do comércio e dos bancos, com participação do governo, para examinar quais os pontos da atual política poderiam ser corrigidos, com uma única preocupação: evitar que o País entre numa recessão, cujo custo social poderia tornar-se insuportável.

O presidente da Fiesp mostrará o quadro da situação industrial no Estado de São Paulo, marcado por uma queda violenta da produção, aumento do desemprego, redução das horas trabalhadas e diminuição dos salários. Provavelmente, destacará na sua apresentação a queda do volume dos investimentos aprovados pelo CDI que, na prática, cessaram de criar empregos.

Segundo os empresários paulistas, chegou o momento de dar novo impulso à economia, sem, todavia, renunciar à conquista de um saneamento econômico indispensável. A primeira medida a tomar é fazer com que o setor público fique em dia com o setor privado, isto é, pague suas dívidas. Uma política de restrição monetária, que se baseia no não pagamento das dívidas, não pode certamente constituir política aceitável. Seria necessário dar um impulso às obras públicas e investimentos estatais dos setores mais essenciais. Existe a convicção entre os empresários de que, diante desse novo quadro, se verificaria uma imediata retomada — ainda que num patamar inferior ao passado — das atividades do setor industrial e do comércio.

Não pretende a Fiesp propor uma renúncia à política de controle monetário, tampouco pedir uma volta ao tabelamento das taxas de juros. Não é certamente o momento oportuno de discutir se as instituições financeiras têm maiores lucros que a indústria. Os estudos apresentados para o comprovar não têm grande significação, quando, por um lado, tomam por base um período de juros tabelados e, por outro, fazem uma escolha entre as empresas industriais. Mas o momento é

oportuno para que banqueiros e industriais em torno de uma mesma mesa procurem ver como se poderiam reduzir os custos financeiros.

O presidente da Fiesp mostrará, finalmente, ao presidente da República, que a atual lei salarial tem de sofrer algumas revisões no próprio interesse dos trabalhadores. Não se trata de extinguir o reajuste semestral, mas de torná-lo mais flexível para não colocar as empresas diante de uma opção com alto custo social.

As autoridades monetárias estão ativando sua revisão do orçamento monetário. A alta do preço dos cigarros constitui medida para aumentar as receitas fiscais, e provavelmente a próxima reunião do CMN decidirá elevar de 20 para 25% a parcela dos depósitos à vista que os bancos comerciais deverão aplicar na agricultura.

Pode-se lamentar o triste espetáculo que os membros do governo deram acerca da política cafeeira num momento particularmente delicado do mercado internacional. As divergências tornadas públicas não estão contribuindo para consolidar as cotações nesse mercado. Se for necessário mudar a política, isso deve ser feito com muito cuidado e sem apenas ceder a pressões de cunho eleitoral.

O momento é certamente delicado para a política econômica. Não se deve voltar atrás num caminho bem traçado, o que não quer dizer que não se possam rever alguns pontos desse traçado para permitir um melhor fluxo na rota para o saneamento.